

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Hospital Universitário, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 163/2025 TIPO: MENOR PREÇO ID GMS: 183/2026 UASG: 451164	Início da sessão / disputa de lances: 09h00min do dia 13/03/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto selecionar a proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para aquisição de **insumos lactários**, para o Complexo hospitalar da UEPG de Ponta Grossa.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1 O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 75.611,90** (setenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3390.30.36
Elemento da despesa: Material Hospitalar
Fonte: 500

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br)

O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br; e https://sistemas.uepg.br/producao/pro-reitorias/proad/dimapa/new/licitacao/licit_publicada.php.

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira: **Luiz Fernando Cordeiro** e equipe de apoio, designadas pelas Portarias da Reitoria n.º **620/2024**, 439/2023, 205/2024, 597/2024 e 528/2025, servidores(as) do(a) HURCG.

- **E-mail:** hu.pregoeiro@uepg.br
- **Telefones:** (42) 3311-8311; (42) 3219- 8884; 8885, 8867
- **Endereço:** Alameda Nabuco de Araújo, 601 – Uvaranas – CEP: 84031-510
- **Cidade:** Ponta Grossa/ Paraná.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame no e-mail **hu.pregoeiro@uepg.br**", pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, sob o número **25.313.109-8** devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 AMOSTRA:

Não será exigida do arrematante amostra dos objetos licitados

6 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do contrato

7 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do “ComprasGov”, na página <https://www.gov.br/compras>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado Pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

1.3 O Pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela UEPG, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras>.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela UEPG implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4 O sistema ordenará automaticamente, as propostas que participarão da fase de lances.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.1.5 Em caso de divergência entre a descrição/especificação e a identificação constante no Comprasgov.br, deverá ser considerada a descrição/especificação que consta neste Edital e seus anexos, em especial, as contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,1% (um décimo por cento)**.

5.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.15 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.19 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.26.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

5.27 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3. A proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

6.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.12 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponibilizado pelo **Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF)** ou do **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR)**, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

7.9 A licitante não poderá possuir registro impeditivo da contratação, portanto, o Pregoeiro verificará a existência de registros impeditivos:

a) No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes);

b) No Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes);

c) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de consulta a ser realizada no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

d) No Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL, nos termos do **Decreto Estadual n.º 1.933/2015**, em especial o contido no inciso I, do artigo 7.º, disponível no endereço eletrônico: www.cadin.pr.gov.br, para verificar registros de impedimento de contratar com órgãos e entidades da administração estadual;

e) No Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, nos termos do **Decreto Estadual n.º 9.762 de 19/12/2013**, disponível no endereço eletrônico: www.administracao.pr.gov.br/Compras para verificar registros de inadimplências e sanções aplicadas.

f) No Sistema de Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas (TCU), disponível no endereço eletrônico: contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO;

g) No Cadastro de pendências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), disponível no endereço eletrônico: www1.tce.pr.gov.br/conteudo/emitir-certidao-de-pendencias/267490/area/54;

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante).

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecedente a adjudicação.

9.1.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

9.1.2 As razões recursais devem ser apresentadas, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas exclusivamente por documento eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.3 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para

a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\begin{aligned} I &= I = \frac{(6/100)}{365} \\ (TX) & \quad TX = \text{Percentual da taxa} \\ & \quad \text{anual} = 6\%. \end{aligned}$$

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca de Ponta Grossa, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2026.

Prof. Dr. Emerson Martins Hilgemberg
Pró-Reitor de Assuntos Administrativos
Universidade estadual de Ponta Grossa

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Aquisição de **insumos lactários**, para atender a demanda do Complexo Hospitalar da UEPG, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE	Descrição	QTD	UN	ADOTADO	TOTAL
1 Exc. ME e EPP)	Mamadeira Hospitalar 60ml	400	Un	10,88	4.352,00
2 Exc. ME e EPP)	Mamadeira Hospitalar 120ml	300	Un	13,19	3.957,00
3 (Exc. ME e EPP)	Mamadeira Hospitalar 250ml	550	Un	19,83	10.906,50
4 Exc. ME e EPP)	Copo Dosador de Leite / Fórmula	250	Un	5,53	1.382,50
5 Exc. ME e EPP)	Copo Graduado Alimentador para Bebê 80ml	360	Un	4,60	1.656,00
6 (Exc. ME e EPP)	Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais com capacidade de 100 ml. Descartável	400	Un	1,17	468,00
7 (Exc. ME e EPP)	Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais, capacidade de 300 ml	1.000	Un	1,27	1.270,00
8 Exc. ME e EPP)	Bico convencional para mamadeira fluxo lento, destinado ao uso hospitalar em recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses	1.000	Un	15,48	15.480,00
9 (Exc. ME e EPP)	Bico ortodôntico fluxo lento indicado para alimentação de recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses, internados em unidades hospitalares	550	Un	14,53	7.991,50
10 (Exc. ME e EPP)	Bico convencional para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes com idade entre 6 a 12 meses	1.000	Un	10,98	10.980,00
11 (Exc. ME e EPP)	Bico ortodôntico para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes de 6 a 12 meses, internados em unidades hospitalares	500	Un	13,98	6.990,00
12 (Exc. ME e EPP)	Mamadeira descartável hospitalar estéril 60 ml	250	Un	13,26	3.315,00
13 (Exc. ME e EPP)	Escova Hospitalar Multifuncional (uso em higienização de utensílios, dispositivos ou superfícies específicas)	200	Un	25,65	5.130,00

14 (Exc. ME e EPP)	Mamadeira completa, tipo: miniforme (chuquinha) Linha hospitalar	30	Un	20,95	628,50
15 (Exc. ME e EPP)	Bico intermediário de silicone tam 17	50	Un	12,00	600,00
16 (Exc. ME e EPP)	Bico intermediário de silicone tam 23	30	Un	16,83	504,90

VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 75.611,90 (setenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos).

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Mamadeira Hospitalar 60ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 60 ml, fabricada em material atóxico (ex.: polipropileno), livre de Bisfenol-A (BPA), transparente, com graduação em ml visível e de fácil leitura. Requisitos Mínimos: Frasco de boca larga, Compatível com bicos padrão hospitalar, Resistente a processo de esterilização (autoclave ou esterilização química), Tampa de proteção para transporte, Material livre de ftalatos, Registro na ANVISA. Uso: Administração de fórmulas, leite materno ou dieta líquida para neonatos.

1.2.2 Mamadeira Hospitalar 120ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 120 ml, nas mesmas características técnicas da mamadeira de 60 ml. Requisitos Mínimos: Material: Polipropileno ou equivalente, atóxico e livre de BPA, Graduada em ml, Tampa protetora, Esterilizável, compatível com bicos hospitalares, Registro na ANVISA. Uso: Administração de leite ou fórmulas para lactentes.

1.2.3 Mamadeira Hospitalar 250ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 250 ml, com as mesmas exigências técnicas dos modelos menores. Requisitos Mínimos: Graduada (ml) com marcação permanente, Tampa de proteção, Esterilizável, Livre de BPA e ftalatos, Material resistente ao uso hospitalar, Registro na ANVISA. Uso: Crianças maiores, com necessidades de volumes maiores de dieta.

1.2.4 Copo Dosador de Leite / Fórmula - Utilizado para medir, fracionar e dosar com precisão o volume de líquidos, como água ou leite, durante o preparo de fórmulas infantis e dietas enterais. Produto de uso em ambientes hospitalares, nas áreas de nutrição, lactários e unidades neonatais. Especificações Técnicas Mínimas: Capacidade: Entre 50 ml e 150 ml (preferencialmente 80 ml). Material: Polipropileno (PP) ou outro plástico atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free). Graduado: Em mililitros (ml), com marcações claras e resistentes à lavagem, preferencialmente de 5 em 5 ml. Tampa: Preferencialmente com tampa vedante para garantir proteção durante o transporte e armazenamento. Transparência: Material translúcido ou transparente para facilitar a leitura do volume. Esterilizável: Compatível com autoclave, banho-maria ou outro método de esterilização recomendado pelo fabricante. Registro na Anvisa: Apresentar número de registro ou isenção conforme legislação vigente.

1.2.5 Copo Graduado Alimentador para Bebê 80ml - Dispositivo utilizado para a administração oral de leite materno, fórmula infantil, suplementos nutricionais ou medicamentos para recém-nascidos e lactentes internados na unidade hospitalar, principalmente em situações onde se deseja evitar o uso de mamadeira, promovendo a técnica de alimentação por copinho, como preconizado por protocolos de aleitamento materno. Indicado para administração oral de leite materno, fórmula infantil ou líquidos diretamente ao bebê, principalmente para recém-nascidos e prematuros que não conseguem realizar a sucção eficaz no peito ou que não devem utilizar mamadeira (segundo orientações de bancos de leite humano e diretrizes da OMS). Características Técnicas Mínimas: Capacidade nominal: 80 ml. Graduado em mililitros (ml), com marcações visíveis a cada 5 ml ou 10 ml. Material: Polipropileno (PP) atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free). Cor: Transparente ou levemente translúcido, para permitir a visualização do conteúdo. Design: Bordas arredondadas para facilitar a administração do líquido de forma segura, evitando ferimentos na boca do bebê. Esterilizável: Compatível com processo de esterilização por autoclave, ou outro método compatível (a ser indicado pelo fabricante). Com tampa (preferencialmente): Tampa de vedação que assegure a higiene durante o armazenamento e transporte. Registro Anvisa: Produto regularizado junto à Anvisa (apresentar número de registro ou isenção, conforme aplicável).

1.2.6 Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais com capacidade de 100 ml. Descartável, estéril com esterilização comprovada através de laudo. Com dupla graduação em relevo na mesma face e escala volumétrica de 50 ml, confeccionado em polietileno atóxico, transparente, inodoro, sem

rígido com espessura adequada que proporcione alta resistência à finalidade a que se destina. Alça com trava, resistente, dobrável com perfeito encaixe, a fim de manter o frasco no plano vertical.

Bocal com espaço suficiente para o envase manual, tampa de rosca ou lacre que proporcione perfeito encaixe e vedação, protetor de bico da tampa. Acompanha etiqueta adesiva para identificação da dieta, segundo a RDC 63 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalagem plástica individual lacrada de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade e prazo de validade e livre de bisfenol.

1.2.7 Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais, capacidade de 300 ml. Descartável, estéril com esterilização comprovada através de laudo. Com dupla graduação em relevo na mesma face e escala volumétrica de 50 ml, confeccionado em polietileno atóxico, transparente, inodoro, sem rígido com espessura adequada que proporcione alta resistência à finalidade a que se destina. Alça com trava, resistente, dobrável com perfeito encaixe, a fim de manter o frasco no plano vertical.

Bocal com espaço suficiente para o envase manual, tampa de rosca ou lacre que proporcione perfeito encaixe e vedação, protetor de bico da tampa. Acompanha etiqueta adesiva para identificação da dieta, segundo a RDC 63 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalagem plástica individual lacrada de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade e prazo de validade e livre de bisfenol.

1.2.8 Bico convencional para mamadeira fluxo lento, destinado ao uso hospitalar em recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses. Dispositivo utilizado para administração de leite materno ordenhado, fórmulas infantis ou líquidos prescritos por via oral, de forma segura, confortável e compatível com o desenvolvimento orofacial da faixa etária. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês de 0 a 6 meses de idade, Fabricado em silicone atóxico, macio, inodoro e insípido, Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente tóxicas, Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal), Possuir sistema anti-cólica ou antirrefluxo (preferencial), Apresentar furo com fluxo compatível à faixa etária, conforme normativa de bicos de fluxo lento a médio, Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. e protocolos institucionais, Embalado individualmente ou em embalagens seguras, protegidas contra contaminação, Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico (classe correspondente), Instruções de uso e conservação em português, conforme legislação vigente.

1.2.9 Bico ortodôntico fluxo lento indicado para alimentação de recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses, internados em unidades hospitalares. Sua forma anatômica foi desenvolvida para promover o correto posicionamento da língua e favorecer o desenvolvimento das estruturas orais, minimizando o risco de alterações ortodônticas. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês de 0 a 6 meses de idade. Formato anatômico/ortodôntico, projetado para imitar a forma natural do mamilo durante a sucção. Fabricado em silicone atóxico, macio, inodoro e insípido. Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente tóxicas. Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Furo com fluxo adequado à faixa etária (fluxo lento a médio). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo integrado. Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante.. Embalagem individual ou em lotes com proteção contra contaminação.

Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico, conforme exigências sanitárias nacionais. Manual ou instruções de uso em português, com orientações claras sobre higienização e descarte, quando aplicável.

1.2.10 Bico convencional para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes com idade entre 6 a 12 meses, internados em unidades de saúde (enfermarias pediátricas, UTIs pediátricas, serviços de nutrição e dietética, entre outros). Desenvolvido para proporcionar um fluxo adequado ao desenvolvimento da capacidade de sucção do bebê, com segurança e conforto. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês entre 6 e 12 meses de idade. Fabricado em silicone atóxico, com textura macia, inodora e insípida. Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente tóxicas. Furo com fluxo moderado a rápido, apropriado à faixa etária (permitindo maior volume por sucção, conforme desenvolvimento da criança). Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo.

Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. Embalado individualmente ou em embalagem com proteção sanitária adequada. Produto com registro na Anvisa, classificado como dispositivo médico conforme legislação vigente. Instruções de uso, conservação e descarte em língua portuguesa, conforme normas da Anvisa e do INMETRO.

1.2.11 Bico ortodôntico para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes de 6 a 12 meses, internados em unidades hospitalares. Desenvolvido com formato anatômico para favorecer o posicionamento correto da língua e o desenvolvimento das estruturas bucais, prevenindo alterações ortodônticas. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês entre 6 e 12 meses de idade. Formato ortodôntico/anatômico, projetado para minimizar o risco de alterações no desenvolvimento oral e dentário. Fabricado em silicone atóxico, com textura macia, inodora e insípida. Livre de BPA (Bisfenol A) e demais substâncias potencialmente tóxicas. Fluxo moderado a rápido, adequado à faixa etária (garantindo maior volume de ingestão por sucção). Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo integrado. Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. Embalagem individual ou em conjunto, com proteção contra contaminação. Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico. Instruções de uso, conservação e descarte em língua portuguesa, conforme legislação vigente.

1.2.12 Escova Hospitalar Multifuncional (uso em higienização de utensílios, dispositivos ou superfícies específicas). Escova hospitalar indicada para uso técnico na limpeza e desinfecção de materiais reutilizáveis, como mamadeiras, copos dosadores, utensílios de alimentação infantil, frascos e dispositivos utilizados na assistência a pacientes pediátricos ou lactentes. Pode também ser utilizada na limpeza de equipamentos de apoio e áreas de difícil acesso. Especificações Técnicas Mínimas: Cabo em plástico rígido, resistente e atóxico, com ergonomia adequada para manuseio seguro.

Cerdas em nylon ou material sintético de alta resistência, firmes, não abrasivas e compatíveis com uso hospitalar. Formato cilíndrico, cônico ou anatômico, adaptável ao item a ser higienizado (ex: mamadeiras, frascos, copos, válvulas). Tamanho aproximado entre 20 a 35 cm, com diâmetro funcional que permita a higienização interna de recipientes estreitos. Material resistente à autoclavação ou uso com soluções desinfetantes hospitalares. Durabilidade mínima estimada de 30 dias em uso contínuo, conforme protocolo de limpeza. Embalagem individual ou coletiva com identificação do fabricante e lote. Produto com registro ou notificação na Anvisa (se aplicável). Manual ou instruções em português, quando necessário.

1.2.13 Mamadeira descartável hospitalar estéril 60 ml, sem bico destinada à alimentação de recém-nascidos e lactentes em ambiente hospitalar. Indicada para uso único, para administração de pequenas quantidades de leite materno, fórmula ou outros líquidos, atendendo a protocolos rigorosos de higiene e segurança. Especificações Técnicas: Capacidade: 60 ml. Material: Plástico atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free), transparente para fácil visualização do conteúdo. Características: Produto descartável, de uso único, que assegura higiene e minimiza risco de contaminação cruzada. Formato: Cilíndrico, com borda adequada para fechamento seguro com tampa e/ou acoplamento de bico hospitalar. Tampa: Vedação hermética para evitar vazamentos e contaminação durante transporte e uso. Compatibilidade: Compatível com bicos descartáveis hospitalares de fluxo lento, adequados para recém-nascidos. Registro: Produto com registro ou isenção conforme normas sanitárias vigentes (ANVISA). Esterilização: Produto entregue estéril, dispensando esterilização prévia antes do uso.

1.2.14 Mamadeira completa, tipo: miniforme (chuquinha) - Linha hospitalar, material atóxico em polipropileno e copolímero ou copoliéster, flexível ou rígida, inquebrável e com gargalo ultra-higiênico, para alimentação líquida de crianças de 0 a 3 meses, recipiente para armazenar o alimento, capuz e disco vedante em polipropileno, frasco transparente com graduação e sem motivos decoração, bico em látex, macio, elástico, atóxico, antialérgico, inodoro, insípido e fácil de limpar, provido de orifício de passagem de alimento (que não seja do formato de cruz, sem reentrâncias internas e de fácil higienização), podendo também dispor de orifício de base, que funciona como respiro para permitir a equalização da pressão atmosférica interna, totalmente isento de bisfenol, ou BPA sem bordas ou rebarbas cortantes, resistente a alta temperatura e autoclavável à 121°C, capacidade de 50ml.

1.2.15 Bico intermediário de silicone 17 mm Material: silicone ultra-fino, incolor, sem odor e sem gosto. Em formato de borboleta e com diversos furinhos. TAMANHO: 17mm EMBALAGEM: 2 unidades.

1.2.16 Bico intermediário de silicone 23 mm Material: silicone ultra-fino, incolor, sem odor e sem gosto. Em formato de borboleta e com diversos furinhos. TAMANHO: 23mm EMBALAGEM: 2 unidades.

1.2.17 Requisitos básicos do bem/serviço

1.2.17.1 Para a habilitação nas licitações e, no que couber, nas contratações diretas, a elaboração do edital deverá observar as regras e documentação constantes na Lei 14.133/21, no Decreto 10.086/2019 e neste Regulamento.

1.2.17.2 O (a) contratado (a) obriga-se especialmente a:

Independente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos equipamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta. Constatando o

recebedor qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções.

Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

O(a) contratado(a) é responsável exclusivo pelos danos eventualmente causados à contratante ou a terceiros, decorrentes do fornecimento, por qualquer acidente de trabalho na execução do fornecimento e pelo uso indevido de patentes ou direitos autorais;

1.2.18 Requisitos de habilitação complementares

1.2.18.1 Além das condições gerais de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão atender aos seguintes requisitos de habilitação complementares, conforme a natureza dos bens a serem fornecidos:

1.2.18.2 Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido produtos semelhantes ao objeto desta licitação a emissão de atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de produtos semelhantes ao objeto desta licitação com atendimento de, no mínimo, 10% do quantitativo total estimado ou valor equivalente do fornecimento realizado.

1.2.18.3 O fornecedor deverá apresentar, quando aplicável:

- Documento de comprovação do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União - DOU com o registro vencido, documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro, quando aplicável;
- Registro regular dos produtos na ANVISA;
- Apresentar Licença/Autorização, compatível com o objeto desta licitação, no caso o Alvará Estadual ou Municipal do domicílio da empresa;
- Licença de Funcionamento da licitante, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da Sede da Licitante;
- Garantia de prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega;
- Entrega parcelada conforme necessidade do serviço;
- Embalagens originais, lacradas e com informações legíveis.
- Comprovação de regularidade junto à ANVISA: Registro ou Notificação de Produtos na ANVISA: Quando aplicável, os produtos ofertados deverão possuir registro válido na ANVISA ou, no caso de itens isentos, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória de sua isenção.
- Garantia de qualidade e conformidade com normas técnicas:

1.2.19 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Inmetro e demais órgãos reguladores pertinentes.

1.2.20 Exigência de Validade Mínima na Entrega:

• Os materiais (mamadeiras, bicos, escovas e frascos) deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega ou, no mínimo, com 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total determinado pelo fabricante.

1.2.21 Em caso de divergência entre a descrição/especificação e a identificação constante no Comprasgov.br, deverá ser considerada a descrição/especificação que consta neste Edital e seus anexos, em especial, as contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Por ainda não existir padronização de materiais no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e no GMS (Gestão de Materiais e Serviços), não serão utilizados os dados de padronização.

1.4 DO FORNECIMENTO

4.1 Para todos os lotes a entrega será da seguinte forma:

4.2 Prazo máximo de entrega: Até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho enviada pelo Serviço de Nutrição e Dietética dos Hospitais Universitários com o envio do pedido formal por e-mail.

Demais entregas: Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos para o Lactário Hospitalar Infantil (mamadeiras, bicos, frascos, escovas hospitalares, entre outros), recomenda-se o parcelamento da contratação para melhor adequação às necessidades do serviço, permitindo entregas periódicas ao longo da vigência contratual.

4.3 O parcelamento se justifica pelos seguintes aspectos:

- Garantia da qualidade e validade dos materiais: A entrega parcelada permite o recebimento dos produtos dentro do prazo de validade ideal, evitando o acúmulo e a perda por vencimento antecipado.
- Adequação ao consumo e demanda real: O serviço pode solicitar entregas conforme o ritmo real de consumo, evitando excesso de estoque e reduzindo custos com armazenamento.
- Flexibilidade logística: O parcelamento favorece o planejamento de recebimento e conferência, além de facilitar o controle de qualidade e inspeção dos materiais.

A entrega dos materiais deverá ocorrer em 3 (duas) etapas, de acordo com a necessidade e programação do serviço requisitante (Lactário do HUMAI), obedecendo aos seguintes prazos:

- Primeira entrega: Em até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho ao fornecedor.
- Segunda entrega: Em até **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho.
- Terceira entrega: Em até **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho.

4.3 Endereço de entrega:

Local de entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURGC).
Logradouro: Rua Gabriel de Paula Machado, 601.
CEP: 84.031-510 Cidade: Ponta Grossa/PR.
A/C de: Vanessa Aparecida Ferreira e Patricia de Miranda Kurek – Setor de Nutrição e Dietética.
Telefone: (42) 3311-8383. E-mail: hu.snd@uepg.br
Recebimento nas segundas, quartas e sextas, das 8:00 às 14:00, no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e no Hospital Universitário Materno Infantil. Em quantidades a serem definidas pelo Setor de Nutrição e Dietética.

4.4 Condições na entrega:

- O fornecedor deverá garantir que os produtos sejam entregues em perfeitas condições, com embalagens originais, lacradas, com identificação de lote, prazo de validade, e documentação técnica e fiscal correspondente.
- Produtos fora das especificações técnicas, com avarias ou fora do prazo de validade serão rejeitados no ato do recebimento, cabendo ao fornecedor providenciar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.
- Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação de lote, data de fabricação e validade visível.
- A entrega deverá estar acompanhada de documentação fiscal e técnica pertinente, incluindo, quando aplicável, laudos de esterilização, certificados de qualidade e comprovantes de registro ANVISA.
- Produtos entregues em desacordo com as especificações ou com avarias serão rejeitados no ato do recebimento, com a devida notificação à empresa fornecedora.

4.5 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, mediante justificativa técnica.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado (quando solicitado) deverá entregar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local de entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURGC).
Logradouro: Rua Gabriel de Paula Machado, 601.
CEP: 84.031-510 Cidade: Ponta Grossa/PR.
A/C de: Vanessa Aparecida Ferreira e Patricia de Miranda Kurek – Setor de Nutrição e Dietética.
Telefone: (42) 3311-8383. E-mail: hu.snd@uepg.br
Recebimento nas segundas, quartas e sextas, das 8:00 às 14:00, no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e no Hospital Universitário Materno Infantil. Em quantidades a serem definidas pelo Setor de Nutrição e Dietética.

- Caso solicitado, o primeiro licitante classificado deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, as fichas técnicas e/ou amostras representativas dos itens cotados, para avaliação da conformidade com o edital.
- Amostras deverão ser entregues no local indicado no Edital, sem ônus para a Administração Pública.
- As amostras serão avaliadas no prazo de até 7 (sete) dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa formal.
- Poderá ser realizada, a critério da Administração, análise técnica laboratorial ou ensaios destrutivos, caso necessário.
- O critério de exame das amostras será a verificação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no sistema de compras, considerando parâmetros de desempenho, material, acabamento, funcionalidade e adequação ao uso hospitalar.
- Amostras não aprovadas ou entregues fora do prazo estabelecido resultarão na desclassificação automática da proposta do licitante.
- O fornecedor vencedor deverá entregar o objeto final rigorosamente igual ao modelo da amostra aprovada.
- As amostras submetidas a ensaios destrutivos não serão devolvidas.
- O prazo limite para retirada das amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias após a homologação do certame, após o qual poderão ser descartadas. O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.2 Responsabilidades Adicionais do Fornecedor:

- O fornecedor deverá garantir que os produtos estejam em perfeito estado de conservação, com embalagem original, lacrada, com identificação clara de lote, prazo de validade, número de registro na Anvisa (quando aplicável) e demais informações obrigatórias.
- O fornecedor é responsável por quaisquer ônus decorrentes de uso indevido de marcas, patentes e registros relacionados aos produtos ofertados.
- A aceitação de amostras ou a aprovação durante o recebimento não exime o fornecedor da responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos que venham a surgir dentro do prazo de garantia.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar visa à aquisição de materiais destinados ao preparo, armazenamento e administração de fórmulas infantis no Lactário do Hospital Universitário Materno Infantil (HUMAI – UEPG).

A demanda abrange:

- Mamadeiras de diferentes volumes e necessidades (60 ml, 120 ml e 250 ml).
- Bicos descartáveis estéreis (fluxo lento e normal).
- Copos dosadores para leite em pó ou fórmulas especiais.
- Materiais de suporte para alimentação.

Estes materiais são fundamentais para garantir a segurança alimentar, a precisão na dosagem, o controle de contaminação cruzada e a individualização da alimentação enteral e oral de neonatos, lactentes e crianças internadas, especialmente nas unidades de UTI Neonatal, UTI Pediátrica, Clínica Pediátrica e Maternidade do HUMAI.

A aquisição justifica-se pela necessidade de manter a assistência nutricional de forma segura e eficiente, com controle rigoroso das etapas de preparo, fracionamento e distribuição de fórmulas lácteas e infantis, em conformidade com as seguintes legislações sanitárias e regulamentações:

- RDC ANVISA nº 503/2021 – Que estabelece requisitos mínimos para a Terapia Nutricional em serviços de saúde, incluindo boas práticas de manipulação e administração de dietas enterais/orais.
- RDC ANVISA nº 275/2002 – Que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, incluindo Lactários.
- Portaria nº 930/2012 – Ministério da Saúde – Que define os critérios de estrutura física e recursos materiais para unidades neonatais, incluindo as condições para funcionamento de Lactários.
- Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) – Que garante o direito ao cuidado integral, incluindo a segurança alimentar de pacientes internados.

Do ponto de vista técnico, o uso de materiais de grau hospitalar (mamadeiras resistentes à esterilização, bicos de uso único e copos dosadores com fechamento hermético) é essencial para:

Reduzir o risco de contaminação microbiológica;

Assegurar a individualização da dieta para cada paciente pediátrico;

Atender prematuros, recém-nascidos de baixo peso, crianças com condições clínicas especiais (ex: disfagia, refluxo, intolerâncias);

Cumprir as exigências das auditorias da Vigilância Sanitária e da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (RBLH).

Além disso, o HUMAI atende exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), muitos deles com alta vulnerabilidade nutricional, o que torna a segurança do processo de alimentação uma prioridade institucional.

As compras públicas regem-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022 e demais regulamentações aplicáveis. Assim, solicita-se que a contratação pretendida ocorra mediante processo licitatório, na modalidade adequada, com critério de julgamento do tipo "menor preço"

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Conforme itens 1 ao 1.5 deste Termo de Referência.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1.1 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto nos art. 368 e 296, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, dentre eles:

- a) Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS.
- b) Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;
- c) Pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso;
- d) Preços constantes de banco de preços e homepages;
- e) Notas fiscais presentes no aplicativo menor preço;

4.2 Nos Lotes 9, 12 e 14 foi utilizada a **média ponderada** dos preços encontrados, com base na representatividade e relevância de cada cotação.

Já nos Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16 adotou-se o critério da **mediana**, visando reduzir o impacto de eventuais distorções nos valores coletados.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto foi parcelado em 16 lotes contendo apenas 01 item em cada lote.

5.1.1 O parcelamento da contratação em lotes justifica-se pela necessidade de organizar o fornecimento dos materiais de forma segmentada, possibilitando melhor gestão, controle e adequação às especificidades de cada grupo de produtos. Essa estratégia visa:

- Adequar as características técnicas e funcionais de cada grupo de materiais (como mamadeiras, bicos, frascos, escovas), que possuem diferentes especificações e fornecedores especializados, garantindo a aquisição adequada para cada item;
- Promover maior competitividade e economia ao permitir a participação de fornecedores especializados em determinados lotes, possibilitando melhores preços e condições para a Administração;
- Facilitar a gestão logística e o armazenamento, evitando acúmulo excessivo de materiais e minimizando riscos de perdas por validade ou danos;
- Garantir maior eficiência no recebimento, inspeção e controle de qualidade, possibilitando avaliações específicas por tipo de produto, o que é essencial para materiais hospitalares que exigem rigor técnico;
- Permitir flexibilidade para futuras contratações ou substituições, caso algum lote necessite de ajuste ou reposição específica sem interferir na totalidade do contrato;
- Atender às diretrizes legais, conforme previsto no Decreto nº 10.086/22, que estimula o parcelamento da contratação para melhor adequação às necessidades da Administração Pública.

Dessa forma, o parcelamento em lotes atende aos princípios da eficiência, economicidade e qualidade no fornecimento dos materiais destinados ao Lactário Hospitalar Infantil.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

A aquisição dos materiais descritos (frascos para dieta enteral, bicos, mamadeiras e escovas hospitalares) pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao descarte de resíduos sólidos, por serem itens em sua maioria descartáveis e fabricados em materiais plásticos (polietileno, silicone, nylon, etc.).

Medidas mitigadoras adotadas:

- Requisitos de segurança ambiental: Os materiais deverão ser livres de Bisfenol A (BPA) e outras substâncias potencialmente tóxicas, conforme especificações técnicas, minimizando o risco de contaminação ambiental e à saúde.
- Logística reversa: Quando aplicável e viável, os fornecedores poderão ser estimulados a adotar políticas de logística reversa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente para as embalagens secundárias (caixas, plásticos de proteção).
- Descarte seguro: O descarte dos materiais utilizados será feito conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da instituição, garantindo a segregação adequada dos resíduos, de acordo com a RDC ANVISA nº 222/2018.
- Baixo consumo de recursos: Por se tratar de materiais de uso direto (não envolvendo consumo de energia elétrica ou recursos hídricos em sua operação), os impactos relacionados a consumo de energia ou água durante a utilização são inexistentes ou irrelevantes.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é o definido no item 1.4 do Termo de Referência, no endereço indicado no item 9.1.1;

9.1.1 LOCAIS DE ENTREGA

Local de entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURGC).
Logradouro: Rua Gabriel de Paula Machado, 601.
CEP: 84.031-510 Cidade: Ponta Grossa/PR.
A/C de: Vanessa Aparecida Ferreira e Patricia de Miranda Kurek – Setor de Nutrição e Dietética.
Telefone: (42) 3311-8383. E-mail: hu.snd@uepg.br
Recebimento nas segundas, quartas e sextas, das 8:00 às 14:00, no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e no Hospital Universitário Materno Infantil. Em quantidades a serem definidas pelo Setor de Nutrição e Dietética.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois), a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 9.1.1, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo II (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade

Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, que atualmente é o Banco do Brasil S/A, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade estadual de Ponta Grossa, CNPJ 80.257355/0001-08, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: **R\$ 75.611,90** (setenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e noventa centavos).

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, cabendo única e exclusivamente à contratada o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais previstas.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia de execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 O objeto do processo e trata-se de aquisição de bens comuns e de baixa complexidade, com especificações usuais de mercado e padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens, pelas razões abaixo justificadas:

7.1.1 Por se tratar de bens comuns, os riscos são mínimos/pequenos quanto à execução do contrato.

17 VIGÊNCIA:

17.1 O contrato terá vigência de 12 meses.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 453100;

Fonte de Recursos: 500;

Programa de Trabalho: 8171 - Gestão do Hospital Universitário Regional de Campos Gerais;

Dotação orçamentária: 3390.30.36

Elemento da despesa: Material Hospitalar

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.10 licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2026

Thaiza Acosta Rebonato
Diretora da Seção Técnica Assistencial dos Hospitais Universitários

Prof. Dr. Emerson Martins Hilgemberg
Pró Reitor de Assuntos Administrativos
UEPG (Autoridade Competente)

ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedor (SICAF), através do portal <https://www.gov.br/compras/> ou pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), no site <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/CAUFPR>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.1.1 Considerando os termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013, que para fins de emissão de empenho é necessário o **cadastro completo** junto ao GMS, recomenda-se a prévia inscrição no CAUFPR, <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/CAUFPR/Comocadastrar>.

1.1.2 Após a classificação das propostas e declarado vencedor, o pregoeiro solicitará do licitante vencedor a comprovação de cadastro vigente no GMS.

1.1.3 Caso o vencedor não apresente o referido documento, ou o mesmo esteja irregular, o pregoeiro concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua apresentação e/ou regularização.

1.1.4 Decorrido o prazo sem apresentação ou regularização, o licitante será desclassificado devido a impossibilidade de celebrar o contrato (ou instrumento equivalente), sendo convocado o segundo colocado no certame para os procedimentos com vistas a averiguação da possibilidade de contratação

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.1 O fornecedor deverá apresentar, quando aplicável:

- Documento de comprovação do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União - DOU com o registro vencido, documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro, quando aplicável;
- Registro regular dos produtos na ANVISA;
- Apresentar Licença/Autorização, compatível com o objeto desta licitação, no caso o Alvará Estadual ou Municipal do domicílio da empresa;
- Licença de Funcionamento da licitante, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da Sede da Licitante;
- Garantia de prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega;
- Entrega parcelada conforme necessidade do serviço;
- Embalagens originais, lacradas e com informações legíveis.
- Comprovação de regularidade junto à ANVISA: Registro ou Notificação de Produtos na ANVISA: Quando aplicável, os produtos ofertados deverão possuir registro válido na ANVISA ou, no caso de itens isentos, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória de sua isenção.

• Garantia de qualidade e conformidade com normas técnicas:

1.2.2 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Inmetro e demais órgãos reguladores pertinentes.

1.2.3 Exigência de Validade Mínima na Entrega:

- Os materiais (mamadeiras, bicos, escovas e frascos) deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega ou, no mínimo, com 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total determinado pelo fabricante.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de

regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a XXXX no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10 %(dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido produtos semelhantes ao objeto desta licitação a emissão de atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de produtos semelhantes ao objeto desta licitação com atendimento de, no mínimo, 10% do quantitativo total estimado ou valor equivalente do fornecimento realizado.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

16.1 DECLARAÇÃO LGPD

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 163 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:	Inscrição Estadual :
CNPJ/CPF :	:
Endereço	
Bairro:	
CEP:	Cidade:
Estado:	
Telefone:	Fax:
e-mail:	
Banco:	Agência:
Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Selecionar a proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para aquisição de **insumos lactários**, para o Complexo hospitalar da Universidade Estadual de Ponta Grossa

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota ICMS	%
Item 1								

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa..

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 163/2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

Local de entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURGC).

Logradouro: Rua Gabriel de Paula Machado, 601.

CEP: 84.031-510 Cidade: Ponta Grossa/PR.

A/C de: Vanessa Aparecida Ferreira e Patricia de Miranda Kurek – Setor de Nutrição e Dietética.

Telefone: (42) 3311-8383.

E-mail: hu.snd@uepg.br

Recebimento nas segundas, quartas e sextas, das 8:00 às 14:00, no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e no Hospital Universitário Materno Infantil. Em quantidades a serem definidas pelo Setor de Nutrição e Dietética.

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Estadual, com sede à Av. Gen. Carlos Cavalcanti n.º 4748, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 80.257.355/0001-08, neste ato representado pelo Prof. Dr. Emerson Martins Hilgemberg, Pró-Reitor de Assuntos Administrativos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por delegação constante na Portaria nº 565 de 02/09/2022, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade do R.G. n.º 4435603-1 SSP-PR e CPF n.º 775.353.679-68.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 163/2025 (protocolo n.º 25.313.109-8) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de **insumos lactários**, para o Complexo hospitalar da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXXX	Descrição objeto	do	Exigências complementares	Unidade medida	de	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1			Conforme o item 1...				R\$	R\$

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Mamadeira Hospitalar 60ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 60 ml, fabricada em material atóxico (ex.: polipropileno), livre de Bisfenol-A (BPA), transparente, com graduação em ml visível e de fácil leitura. Requisitos Mínimos: Frasco de boca larga, Compatível com bicos padrão hospitalar, Resistente a processo de esterilização (autoclave ou esterilização química), Tampa de proteção para transporte, Material livre de ftalatos, Registro na ANVISA. Uso: Administração de fórmulas, leite materno ou dieta líquida para neonatos.

1.2.2 Mamadeira Hospitalar 120ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 120 ml, nas mesmas características técnicas da mamadeira de 60 ml. Requisitos Mínimos: Material: Polipropileno ou equivalente, atóxico e livre de BPA, Graduado em ml, Tampa protetora, Esterilizável, compatível com bicos hospitalares, Registro na ANVISA. Uso: Administração de leite ou fórmulas para lactentes.

1.2.3 Mamadeira Hospitalar 250ml - Descrição Técnica: Mamadeira com capacidade de 250 ml, com as mesmas exigências técnicas dos modelos menores. Requisitos Mínimos: Graduado (ml) com marcação permanente, Tampa de proteção, Esterilizável, Livre de BPA e ftalatos, Material resistente ao uso hospitalar, Registro na ANVISA. Uso: Crianças maiores, com necessidades de volumes maiores de dieta.

1.2.4 Copo Dosador de Leite / Fórmula - Utilizado para medir, fracionar e dosar com precisão o volume de líquidos, como água ou leite, durante o preparo de fórmulas infantis e dietas enterais. Produto de uso em ambientes hospitalares, nas áreas de nutrição, lactários e unidades neonatais. Especificações Técnicas Mínimas: Capacidade: Entre 50 ml e 150 ml (preferencialmente 80 ml). Material: Polipropileno (PP) ou outro plástico atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free). Graduado: Em mililitros (ml), com marcações claras e resistentes à lavagem, preferencialmente de 5 em 5 ml. Tampa: Preferencialmente com tampa vedante para

garantir proteção durante o transporte e armazenamento. Transparência: Material translúcido ou transparente para facilitar a leitura do volume. Esterilizável: Compatível com autoclave, banho-maria ou outro método de esterilização recomendado pelo fabricante. Registro na Anvisa: Apresentar número de registro ou isenção conforme legislação vigente.

1.2.5 Copo Graduado Alimentador para Bebê 80ml - Dispositivo utilizado para a administração oral de leite materno, fórmula infantil, suplementos nutricionais ou medicamentos para recém-nascidos e lactentes internados na unidade hospitalar, principalmente em situações onde se deseja evitar o uso de mamadeira, promovendo a técnica de alimentação por copinho, como preconizado por protocolos de aleitamento materno. Indicado para administração oral de leite materno, fórmula infantil ou líquidos diretamente ao bebê, principalmente para recém-nascidos e prematuros que não conseguem realizar a sucção eficaz no peito ou que não devem utilizar mamadeira (seguindo orientações de bancos de leite humano e diretrizes da OMS). Características Técnicas Mínimas: Capacidade nominal: 80 ml. Graduado em mililitros (ml), com marcações visíveis a cada 5 ml ou 10 ml. Material: Polipropileno (PP) atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free). Cor: Transparente ou levemente translúcido, para permitir a visualização do conteúdo. Design: Bordas arredondadas para facilitar a administração do líquido de forma segura, evitando ferimentos na boca do bebê. Esterilizável: Compatível com processo de esterilização por autoclave, ou outro método compatível (a ser indicado pelo fabricante). Com tampa (preferencialmente): Tampa de vedação que assegure a higiene durante o armazenamento e transporte. Registro Anvisa: Produto regularizado junto à Anvisa (apresentar número de registro ou isenção, conforme aplicável).

1.2.6 Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais com capacidade de 100 ml. Descartável, estéril com esterilização comprovada através de laudo. Com dupla graduação em relevo na mesma face e escala volumétrica de 50 ml, confeccionado em polietileno atóxico, transparente, inodoro, sem rígido com espessura adequada que proporcione alta resistência à finalidade a que se destina. Alça com trava, resistente, dobrável com perfeito encaixe, a fim de manter o frasco no plano vertical.

Bocal com espaço suficiente para o envase manual, tampa de rosca ou lacre que proporcione perfeito encaixe e vedação, protetor de bico da tampa. Acompanha etiqueta adesiva para identificação da dieta, segundo a RDC 63 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalagem plástica individual lacrada de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade e prazo de validade e livre de bisfenol.

1.2.7 Frascos para acondicionamento e administração de dietas enterais, capacidade de 300 ml. Descartável, estéril com esterilização comprovada através de laudo. Com dupla graduação em relevo na mesma face e escala volumétrica de 50 ml, confeccionado em polietileno atóxico, transparente, inodoro, sem rígido com espessura adequada que proporcione alta resistência à finalidade a que se destina. Alça com trava, resistente, dobrável com perfeito encaixe, a fim de manter o frasco no plano vertical.

Bocal com espaço suficiente para o envase manual, tampa de rosca ou lacre que proporcione perfeito encaixe e vedação, protetor de bico da tampa. Acompanha etiqueta adesiva para identificação da dieta, segundo a RDC 63 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalagem plástica individual lacrada de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade e prazo de validade e livre de bisfenol.

1.2.8 Bico convencional para mamadeira fluxo lento, destinado ao uso hospitalar em recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses. Dispositivo utilizado para administração de leite materno ordenhado, fórmulas infantis ou líquidos prescritos por via oral, de forma segura, confortável e compatível com o desenvolvimento orofacial da faixa etária. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês de 0 a 6 meses de idade, Fabricado em silicone atóxico, macio, inodoro e insípido, Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente tóxicas, Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal), Possuir sistema anti-cólica ou antirrefluxo (preferencial), Apresentar furo com fluxo compatível à faixa etária, conforme normativa de bicos de fluxo lento a médio, Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. e protocolos institucionais, Embalado individualmente ou em embalagens seguras, protegidas contra contaminação, Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico (classe correspondente), Instruções de uso e conservação em português, conforme legislação vigente.

1.2.9 Bico ortodôntico fluxo lento indicado para alimentação de recém-nascidos e lactentes com idade entre 0 a 6 meses, internados em unidades hospitalares. Sua forma anatômica foi desenvolvida para promover o correto posicionamento da língua e favorecer o desenvolvimento das estruturas orais, minimizando o risco de alterações ortodônticas. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês de 0 a 6 meses de idade. Formato anatômico/ortodôntico, projetado para imitar a forma natural do mamilo durante a sucção. Fabricado em silicone atóxico, macio, inodoro e insípido. Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente

tóxicas. Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Furo com fluxo adequado à faixa etária (fluxo lento a médio). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo integrado.

Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante.. Embalagem individual ou em lotes com proteção contra contaminação.

Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico, conforme exigências sanitárias nacionais. Manual ou instruções de uso em português, com orientações claras sobre higienização e descarte, quando aplicável.

1.2.10 Bico convencional para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes com idade entre 6 a 12 meses, internados em unidades de saúde (enfermarias pediátricas, UTIs pediátricas, serviços de nutrição e dietética, entre outros). Desenvolvido para proporcionar um fluxo adequado ao desenvolvimento da capacidade de sucção do bebê, com segurança e conforto. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês entre 6 e 12 meses de idade. Fabricado em silicone atóxico, com textura macia, inodora e insípida.

Livre de BPA (Bisfenol A) e outras substâncias potencialmente tóxicas. Furo com fluxo moderado a rápido, apropriado à faixa etária (permitindo maior volume por sucção, conforme desenvolvimento da criança). Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo.

Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. Embalado individualmente ou em embalagem com proteção sanitária adequada. Produto com registro na Anvisa, classificado como dispositivo médico conforme legislação vigente. Instruções de uso, conservação e descarte em língua portuguesa, conforme normas da Anvisa e do INMETRO.

1.2.11 Bico ortodôntico para mamadeira fluxo normal, indicado para lactentes de 6 a 12 meses, internados em unidades hospitalares. Desenvolvido com formato anatômico para favorecer o posicionamento correto da língua e o desenvolvimento das estruturas bucais, prevenindo alterações ortodônticas. Especificações Técnicas Mínimas: Indicado para bebês entre 6 e 12 meses de idade. Formato ortodôntico/anatômico, projetado para minimizar o risco de alterações no desenvolvimento oral e dentário. Fabricado em silicone atóxico, com textura macia, inodora e insípida. Livre de BPA (Bisfenol A) e demais substâncias potencialmente tóxicas. Fluxo moderado a rápido, adequado à faixa etária (garantindo maior volume de ingestão por sucção). Compatível com mamadeiras hospitalares padronizadas (rosca universal). Preferencialmente com sistema anti-cólica ou antirrefluxo integrado. Produtos esterilizáveis (reutilizáveis) ou autoclaváveis ou outro método (a ser indicado pelo fabricante) amplamente utilizadas em ambiente hospitalar conforme orientação do fabricante. Embalagem individual ou em conjunto, com proteção contra contaminação. Produto com registro na Anvisa como dispositivo médico. Instruções de uso, conservação e descarte em língua portuguesa, conforme legislação vigente.

1.2.12 Escova Hospitalar Multifuncional (uso em higienização de utensílios, dispositivos ou superfícies específicas). Escova hospitalar indicada para uso técnico na limpeza e desinfecção de materiais reutilizáveis, como mamadeiras, copos dosadores, utensílios de alimentação infantil, frascos e dispositivos utilizados na assistência a pacientes pediátricos ou lactentes. Pode também ser utilizada na limpeza de equipamentos de apoio e áreas de difícil acesso. Especificações Técnicas Mínimas: Cabo em plástico rígido, resistente e atóxico, com ergonomia adequada para manuseio seguro.

Cerdas em nylon ou material sintético de alta resistência, firmes, não abrasivas e compatíveis com uso hospitalar. Formato cilíndrico, cônico ou anatômico, adaptável ao item a ser higienizado (ex: mamadeiras, frascos, copos, válvulas). Tamanho aproximado entre 20 a 35 cm, com diâmetro funcional que permita a higienização interna de recipientes estreitos. Material resistente à autoclavação ou uso com soluções desinfetantes hospitalares. Durabilidade mínima estimada de 30 dias em uso contínuo, conforme protocolo de limpeza. Embalagem individual ou coletiva com identificação do fabricante e lote. Produto com registro ou notificação na Anvisa (se aplicável). Manual ou instruções em português, quando necessário.

1.2.13 Mamadeira descartável hospitalar estéril 60 ml, sem bico destinada à alimentação de recém-nascidos e lactentes em ambiente hospitalar. Indicada para uso único, para administração de pequenas quantidades de leite materno, fórmula ou outros líquidos, atendendo a protocolos rigorosos de higiene e segurança. Especificações Técnicas: Capacidade: 60 ml.. Material: Plástico atóxico, livre de Bisfenol A (BPA Free), transparente para fácil visualização do conteúdo. Características: Produto descartável, de uso único, que assegura higiene e minimiza risco de contaminação cruzada. Formato: Cilíndrico, com borda adequada para fechamento seguro com tampa e/ou acoplamento de bico hospitalar. Tampa: Vedação hermética para evitar vazamentos e contaminação durante transporte e uso. Compatibilidade: Compatível com bicos descartáveis hospitalares de fluxo lento, adequados para recém-nascidos. Registro: Produto com registro ou isenção conforme normas sanitárias vigentes (ANVISA) .Esterilização: Produto entregue estéril, dispensando esterilização prévia antes do uso.

1.2.14 Mamadeira completa, tipo: miniforme (chuquinha) - Linha hospitalar, material atóxico em polipropileno e copolímero ou copoliéster, flexível ou rígida, inquebrável e com gargalo ultra-higiênico, para alimentação líquida de crianças de 0 à 3 meses, recipiente para armazenar o alimento, capuz e disco vedante em polipropileno, frasco transparente com graduação e sem motivos decoração, bico em látex, macio, elástico, atóxico, antialérgico, inodoro, insípido e fácil de limpar, provido de orifício de passagem de alimento (que não seja do formato de cruz, sem reentrâncias internas e de fácil higienização), podendo também dispor de orifício de base, que funciona como respiro para permitir a equalização da pressão atmosférica interna, totalmente isento de bisfenol, ou BPA sem bordas ou rebarbas cortantes, resistente a alta temperatura e autoclavável à 121°C, capacidade de 50ml.

1.2.15 Bico intermediário de silicone 17 mm Material: silicone ultra-fino, incolor, sem odor e sem gosto. Em formato de borboleta e com diversos furinhos. TAMANHO:17mm EMBALAGEM: 2 unidades.

1.2.16 Bico intermediário de silicone 23 mm Material: silicone ultra-fino, incolor, sem odor e sem gosto. Em formato de borboleta e com diversos furinhos. TAMANHO:23mm EMBALAGEM: 2 unidades.

1.2.17 Requisitos básicos do bem/serviço

1.2.17.1 Para a habilitação nas licitações e, no que couber, nas contratações diretas, a elaboração do edital deverá observar as regras e documentação constantes na Lei 14.133/21, no Decreto 10.086/221 e neste Regulamento.

1.2.17.2 O (a) contratado (a) obriga-se especialmente a:

Independente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos equipamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções.

Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

O(a) contratado(a) é responsável exclusivo pelos danos eventualmente causados à contratante ou a terceiros, decorrentes do fornecimento, por qualquer acidente de trabalho na execução do fornecimento e pelo uso indevido de patentes ou direitos autorais;

1.2.18 Requisitos de habilitação complementares

1.2.18.1 Além das condições gerais de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão atender aos seguintes requisitos de habilitação complementares, conforme a natureza dos bens a serem fornecidos:

1.2.18.2 Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido produtos semelhantes ao objeto desta licitação a emissão de atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de produtos semelhantes ao objeto desta licitação com atendimento de, no mínimo, 10% do quantitativo total estimado ou valor equivalente do fornecimento realizado.

1.2.18.3 O fornecedor deverá apresentar, quando aplicável:

- Documento de comprovação do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União - DOU com o registro vencido, documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro, quando aplicável;
- Registro regular dos produtos na ANVISA;
- Apresentar Licença/Autorização, compatível com o objeto desta licitação, no caso o Alvará Estadual ou Municipal do domicílio da empresa;
- Licença de Funcionamento da licitante, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual da Sede da Licitante;
- Garantia de prazo de validade mínimo de 12 meses no ato da entrega;
- Entrega parcelada conforme necessidade do serviço;
- Embalagens originais, lacradas e com informações legíveis.
- Comprovação de regularidade junto à ANVISA: Registro ou Notificação de Produtos na ANVISA: Quando aplicável, os produtos ofertados deverão possuir registro válido na ANVISA ou, no caso de itens isentos, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória de sua isenção.
- Garantia de qualidade e conformidade com normas técnicas:

1.2.19 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Inmetro e demais órgãos reguladores pertinentes.

1.2.20 Exigência de Validade Mínima na Entrega:

- Os materiais (mamadeiras, bicos, escovas e frascos) deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega ou, no mínimo, com 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total determinado pelo fabricante.

1.2.21 Em caso de divergência entre a descrição/especificação e a identificação constante no Comprasgov.br, deverá ser considerada a descrição/especificação que consta neste Edital e seus anexos, em especial, as contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º **163/2025**, objeto do processo administrativo n.º **XXXXXXXXXX**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º **XXXXXXXXXX**, de **XXXXXXXXXX** e conforme ato de autorização nas fls. **[XXXX]** deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Para todos os lotes a entrega será da seguinte forma:

3.2 Prazo máximo de entrega: Até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho enviada pelo Serviço de Nutrição e Dietética dos Hospitais Universitários com o envio do pedido formal por e-mail.

Demais entregas: Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos para o Lactário Hospitalar Infantil (mamadeiras, bicos, frascos, escovas hospitalares, entre outros), recomenda-se o parcelamento da contratação para melhor adequação às necessidades do serviço, permitindo entregas periódicas ao longo da vigência contratual.

3.3 O parcelamento se justifica pelos seguintes aspectos:

- Garantia da qualidade e validade dos materiais: A entrega parcelada permite o recebimento dos produtos dentro do prazo de validade ideal, evitando o acúmulo e a perda por vencimento antecipado.
- Adequação ao consumo e demanda real: O serviço pode solicitar entregas conforme o ritmo real de consumo, evitando excesso de estoque e reduzindo custos com armazenamento.
- Flexibilidade logística: O parcelamento favorece o planejamento de recebimento e conferência, além de facilitar o controle de qualidade e inspeção dos materiais.

A entrega dos materiais deverá ocorrer em 3 (duas) etapas, de acordo com a necessidade e programação do serviço requisitante (Lactário do HUMAI), obedecendo aos seguintes prazos:

- Primeira entrega: Em até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho ao fornecedor.
- Segunda entrega: Em até **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho.
- Terceira entrega: Em até **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho.

3.4 Endereço de entrega:

Local de entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURGC).

Logradouro: Rua Gabriel de Paula Machado, 601.

CEP: 84.031-510 Cidade: Ponta Grossa/PR.

A/C de: Vanessa Aparecida Ferreira e Patricia de Miranda Kurek – Setor de Nutrição e Dietética.

Telefone: (42) 3311-8383. E-mail: hu.snd@uepg.br

Recebimento nas segundas, quartas e sextas, das 8:00 às 14:00, no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e no Hospital Universitário Materno Infantil. Em quantidades a serem definidas pelo Setor de Nutrição e Dietética.

3.5 Condições na entrega:

- O fornecedor deverá garantir que os produtos sejam entregues em perfeitas condições, com embalagens originais, lacradas, com identificação de lote, prazo de validade, e documentação técnica e fiscal correspondente.
- Produtos fora das especificações técnicas, com avarias ou fora do prazo de validade serão rejeitados no ato do recebimento, cabendo ao fornecedor providenciar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.
- Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação de lote, data de fabricação e validade visível.

- A entrega deverá estar acompanhada de documentação fiscal e técnica pertinente, incluindo, quando aplicável, laudos de esterilização, certificados de qualidade e comprovantes de registro ANVISA.
- Produtos entregues em desacordo com as especificações ou com avarias serão rejeitados no ato do recebimento, com a devida notificação à empresa fornecedora.

3.6 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, mediante justificativa técnica.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá à servidora Thaiza Acosta Rebonato, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidora Patricia de Miranda Kurek, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 05 (cinco) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 453100;

Fonte de Recursos: 500;

Programa de Trabalho: 8171 - Gestão do Hospital Universitário Regional de Campos Gerais;

Dotação orçamentária: 3390.30.36

Elemento da despesa: Material Hospitalar

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 meses

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.11.1 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.2 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, que atualmente é o Banco do Brasil S/A, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia de execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 O objeto do processo e trata-se de aquisição de bens comuns e de baixa complexidade, com especificações usuais de mercado e padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 Não haverá exigência de garantia complementar à garantia legal, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1 O objeto do processo e trata-se de aquisição de bens comuns e de baixa complexidade, com especificações usuais de mercado e padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no da Comarca de Ponta Grossa, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º **163/2025**, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal